



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 30/2019, em que é recorrente **Arlindo Teixeira** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 44/2019

I - Relatório

1. **Arlindo Teixeira**, com os demais sinais de identificação nos autos, vem, nos termos do artigo 20º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) e artigos 11º e 14º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, interpor recurso de amparo constitucional contra o alegado silêncio do Supremo Tribunal de Justiça relativamente à aplicabilidade do disposto no n.º 3 do artigo 261.º do CPP no âmbito do recurso criminal n.º 58/2016 e à revogação das medidas de coação aplicadas ao arguido após a prolação do Acórdão n.º 08/2018, de 26 de março, pelo Tribunal Constitucional, requerendo, ainda, que seja adotada medida provisória.

Não obstante a inusitada extensão da petição de recurso, que se estende por 60 páginas, e numa espécie processual em que, legalmente, se requer parcimónia, o essencial dos factos relevantes se resume no seguinte:

1.1. Que, volvidos três anos e seis meses sobre a data, “fevereiro/março de 2016,” em que interpôs o recurso criminal registado sob o n.º 58/2016, através do qual manifestara a sua inconformação pela não aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 261º do Código de Processo Penal (CPP), esse recurso ainda não foi decidido, de forma válida, pelo Supremo Tribunal de Justiça, nem perdeu utilidade;

1.2. Que, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 08/2018, de 26 de março, que lhe concedeu o amparo que havia requerido no âmbito do recurso de amparo n.º 03/2017, e determinou que a entidade recorrida promovesse a sua libertação, ficando

a seu critério a aplicação de outra medida de coação enquanto os outros recursos interpostos relativamente aos mesmos factos tramitassem neste Tribunal, por despacho individual da Veneranda Juíza Conselheira Relatora do Recurso Crime Ordinário n.º 185/2016, foram lhe decretadas as seguintes medidas de coação: interdição de saída de Cabo Verde; apreensão do seu passaporte; e, a obrigação de comparecer na esquadra da polícia, 3 vezes por semana;

1.3. Por considerar que aquele despacho desprezou o conteúdo do Acórdão n.º 08/2018, proferido pelo Tribunal Constitucional, o qual, em seu entender, tinha considerado que havia fortes razões para crer que o arguido tinha agido ao abrigo de uma causa de exclusão de culpa e de ilicitude, pediu a revogação dessas medidas de coação, através de um requerimento dirigido ao Venerando Supremo Tribunal de Justiça, em 30 de setembro de 2019;

1.4. Afirmo o impetrante que, até 06 de novembro de 2019, o STJ não tinha despachado o requerimento a que se refere o parágrafo precedente, pelo que o silêncio em relação ao pedido da revogação daquelas medidas de coação, por mais de trinta dias, constitui uma “flagrante e grosseira” violação do direito e da garantia fundamental de acesso à justiça, mediante um processo justo e equitativo, decisão em prazo razoável, conforme o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 22º, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 35º da Constituição da República, que consagra o direito fundamental de todo o arguido ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa, bem como da violação do direito e da garantia fundamental de ver o seu processo tramitado e decidido sem omissões processuais que afetem os direitos, liberdades e garantias previstos no n.º 7 do artigo 35º da CRCV, nos n.ºs 1 e 2 artigo 30º e , bem como o de entrar e sair livremente do território nacional e de emigração, atento o disposto no n.º 1 do artigo 51º, todos da CRCV.

1.5. Requereu também que seja adotada medida provisória, pedido esse que pode ser examinado mais adiante.

1.6. Termina o seu arrazoado, pedindo, no essencial, que o Tribunal Constitucional decrete a revogação definitiva das medidas de coação a que se encontra sujeito ou, em alternativa, que decrete que a secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça as revogue,

num prazo não superior a 8 dias, e aprecie e decida a reclamação contra o Acórdão n.º 72/2017, de 21 de novembro, num prazo não superior a 30 dias.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer constante de fls. 120 a 126 dos presentes autos, tendo feito, em síntese, as seguintes considerações:

“É consabido que os requisitos de admissibilidade do recurso são cumulativos e basta a ausência de um deles, para este não ser admitido.

Assim, não tendo o recorrente suscitado prévia e expressamente a violação dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados e tão pouco requereu a sua reparação no processo, como dispõe o artigo 3.º n.º 1 al. c) da Lei do amparo, somos, desde logo, de parecer que o presente recurso, deve ser liminarmente rejeitado.”

3. É, pois, chegado o momento desta Corte apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

II - Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da CRCV, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

“A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

- a) O recurso de amparo só pode ser interposto contra atos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;*
- b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.*

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades, e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O caráter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo, não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva de proteção de direitos fundamentais.

2. Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

3. Tratando-se de um recurso de amparo contra condutas imputadas ao Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro:

Tempestividade e esgotamento das vias de recurso ordinário

a) O recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo:

“O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais, atento o disposto no artigo 5.º da Lei do Amparo.

4. Neste recurso são impugnadas essencialmente as seguintes condutas:

A primeira corresponde à alegada omissão de decisão imputada ao Supremo Tribunal de Justiça: *“volvidos três anos e seis meses sobre a data, “fevereiro/março de 2016,” em que interpôs o recurso criminal registado sob o n.º 58/2016, através do qual manifestara a sua inconformação pela não aplicação do disposto n.º 3 do artigo 261º do Código de Processo Penal (CPP), esse recurso ainda não foi decidido, de forma válida, pelo Supremo Tribunal de Justiça, nem perdeu utilidade;”*

Porém, compulsados os autos, verifica-se que o Supremo Tribunal de Justiça, através do Acórdão n.º 72/2017, de 21 de novembro, pronunciou-se sobre a questão suscitada pelo recorrente nos seguintes termos: *“É manifesto para qualquer destinatário que o acórdão objecto de reclamação não padece de omissão de pronúncia.*

Com efeito, pretendia o Reclamante que, com base nos factos vertidos na acusação, o Tribunal de Recurso emitisse a pronúncia de que o arguido teria agido em legítima defesa.

E a decisão do STJ foi que, em recurso para exame dos pressupostos da prisão preventiva, não lhe competia antecipar-se ao Tribunal de Instância para fazer o julgamento do mérito da acusação.

Assim sendo, é manifesto que recai pronúncia sobre a questão suscitada pelo Recorrente, donde a improcedência, ab initio, da Reclamação.

Na pendência da reclamação foram produzidas subseqüentes decisões com incidência sobre os pressupostos da prisão preventiva, nomeadamente para a elevação do prazo da mesma (fls.1206, dos autos de recurso 185/2016).

Apreciando posteriormente a acusação, já em sede de recurso, como é de lei, o STJ viria, através do acórdão n.º 46/2017, de 04 de Julho, decidir que o Arguido não agiu ao abrigo de qualquer causa de exclusão da ilicitude ou da culpa.”

Não se conformando com a decisão proferida pelo Acórdão n.º 72/2017, de 21 de novembro, o recorrente apresentou uma nova reclamação, a qual, segundo o recorrente, ainda não foi decidida.

Porém, é o próprio recorrente que, no parágrafo 52 da petição de recurso, reconhece que a questão sobre a aplicabilidade do disposto no n.º 3 do artigo 261 .º do CPP perdeu alguma utilidade, desde o dia 26 de Abril de 2018, quando, por força do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 08/2018, de 26 de Abril, o Supremo Tribunal de Justiça foi forçado a soltar o Arguido Arlindo Teixeira, embora imediatamente, contradizendo-se, tenha afirmado que “ *ainda o Recurso N.º 58/2016 continua tendo total utilidade, em virtude do seu âmbito incidir, para além da questão de prisão preventiva que já ficou ultrapassada, incide e abarca, também a sujeição do arguido a qualquer medida de coação, incluindo a Interdição de Saída do País, por força do N.º 3 do Artigo 261.º do CPP.*”

Ainda em relação à questão sub judice, o Acórdão do Tribunal Constitucional nº 25/2018, de 29 de novembro, que decidiu o mérito do recurso de amparo n.º 07/2017, interposto pelo mesmo recorrente, e referindo-se a um dos pedidos, a saber:

“Que decrete a imediata libertação do Arguido Arlindo Teixeira em virtude do seu Direito Fundamental à Liberdade estar a ser violado tanto pelo Supremo Tribunal de

Justiça, por manifesto desrespeito ao n.º 3 do artigo 261.º do CPP, posto que não se verifica os pressupostos da aplicação dessa medida extrema de coação, pois, a manutenção do arguido preso para além do prazo previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 279.º afigura-se excessivamente gravosa para o arguido, sendo certo que as sequelas dessa prisão são danos de difícil reparação, como referido nos artigos 11.º e 14.º da Lei do Amparo Constitucional,” pronunciou-se no seguinte sentido: “no caso em análise, evidenciam os autos que o Acórdão 64/2017 do Supremo Tribunal de Justiça pronunciou-se sobre a reclamação do recorrente, portanto o amparo que o Tribunal podia conceder-lhe ficou completamente esvaziado. E, além disso, um eventual pronunciamento, nesta fase, sobre a presunção de inocência do arguido que foi violada pela afetação do direito à liberdade sobre o corpo na decorrência da aplicação da prisão preventiva, seria uma mera reiteração do que já se assentou por meio do Acórdão 8/2018 desta Corte, proferido no âmbito do Recurso de Amparo n.º 3/2017. Por conseguinte, não se vislumbra qualquer interesse objetivo, nomeadamente ligado à definição de âmbitos normativos do direito, que justifique que o Tribunal se pronuncie sobre esta parte do pedido.”

O recorrente pode discordar tanto da decisão do Supremo Tribunal de Justiça como da orientação fixada pelo Tribunal Constitucional, mas não deve, infundadamente, imputar a nenhum destes órgãos a omissão de pronúncia em relação ao assunto em apreço.

Não obstante o extenso arrazoadado sobre esta questão, tudo indica que a inconformação do recorrente não se deve à omissão de pronúncia sobre a alegada não apreciação da possibilidade da aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 261.º do CPP, mas, essencialmente, com a latente discordância com a decisão proferida sobre o seu pedido.

Mas o recorrente não pode ignorar como se reage quando não se concorda com uma decisão suscetível de recurso.

Neste caso, podendo reagir, por exemplo, através do recurso de amparo, deixou passar largamente o prazo para o efeito.

Admitindo-se, por mera hipótese, que se trata de uma reação a uma alegada conduta omissiva, faltaria o esgotamento das vias de recurso, como melhor se demonstra nos parágrafos que se seguem.

5. A segunda conduta refere-se à alegada demora na decisão do pedido para a revogação das medidas de coação: interdição de saída de Cabo Verde; apreensão do seu passaporte, que lhe foram aplicadas pelo despacho individual da Veneranda Juíza Conselheira Relatora do Recurso Crime Ordinário Nº 185/2016, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 08/2018, de 26 de março, que lhe concedeu o amparo requerido no âmbito do recurso de amparo n.º 03/2017 e determinou que a entidade recorrida promovesse a sua libertação, ficando a seu critério a aplicação de outra medida de coação enquanto os outros recursos interpostos relativamente aos mesmos factos tramitassem neste Tribunal.

Não há dúvida que se trata de uma conduta alegadamente omissiva e potencilmente violadora dos seguintes direitos, liberdades e garantias indicados pelo recorrente: O direito e da garantia fundamental de acesso à justiça, mediante um processo justo e equitativo, decisão em prazo razoável, conforme o disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 22º, conjugado o disposto no n.º 1 do artigo 35º da Constituição da República, que consagra o direito fundamental de todo o arguido ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa, bem com da violação do direito e da garantia fundamental de ver o seu processo tramitado e decidido sem omissões processuais que afetem os direitos, liberdades e garantias previstos no nº 7 do artigo 35º da CRCV, nos n.ºs 1 e 2 artigo 30º e n.º 1 do artigo 51º, todos da CRCV.

A este respeito convém trazer à colação a orientação fixada pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 13/2017, de 20 de julho, sobre a tempestividade e o esgotamento das vias de recurso ordinário quando se impugna, através de recurso de amparo, uma conduta omissiva: *“quando se trata de potencial violação de direitos fundamentais por via de omissão, o recurso deve ser instruído com documentos que se reputam pertinentes para provar que o interessado tenha arguido a violação do direito em termos perceptíveis, tenha requerido a sua reparação, mas o órgão judicial não se pronunciou sobre o pedido de reparação em tempo útil.”* Esse aresto encontra-se publicado no site do Tribunal Constitucional e no Boletim Oficial, I Série, n.º 47, de 8 de agosto de 2017.

Em situações como a dos autos, considera-se tempestivo o recurso, desde que se junte elementos que permitam concluir que o recorrente denunciou a demora perante quem tem o dever de decidir, mas, decorrido um tempo razoável, não obteve nenhuma resposta antes de acionar o mecanismo de amparo constitucional.

Importa lembrar que essa orientação foi fixada pelo Acórdão n.º 13/2017, 20 de julho de 2017, proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 3/2017, tendo, exatamente, como recorrente Arlindo dos Reis Teixeira dos Santos e recorrido o Supremo Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

“Considerando o princípio da aplicabilidade direta das normas relativas a direitos, liberdades e garantias, o recurso de amparo pode ser interposto a partir do momento em que o interessado considere que se ultrapassou o prazo razoável para o órgão judicial se pronunciar sobre o pedido da reparação da violação.

No caso em apreço o recorrente invocou a violação do direito à liberdade, pediu a sua reparação através dos sucessivos recursos que interpôs da prisão que lhe foi aplicada; reclamou do Acórdão n.º 57/2016, de 29 de julho, tendo ainda solicitado expressamente o suprimento de nulidades e omissões, sem que o STJ se tivesse pronunciado sobre esse último pedido.

Afirma ainda o recorrente que no dia 26 de janeiro de 2017 dirigiu um requerimento a cada um dos Juízes Conselheiros da Secção Crime, pedindo que decidissem com propriedade o Recurso n.º 58/2016, sem se esquivarem da questão da aplicabilidade do n.º 3 do Artigo 261º do CPP que proíbe a prisão preventiva em cenários de legítima defesa ou de uma outra causa de exclusão de ilicitude, mas não obteve resposta.

Considera-se, pois, demonstrado que o recorrente interpôs o presente recurso de amparo, no dia 3 de maio de 2017, depois de ter denunciado de forma percetível e requerida a reparação da violação do seu direito fundamental à liberdade.

Conclui-se, pois, que o recurso foi tempestivamente apresentado.”

Portanto, em circunstância alguma se pode admitir que o recorrente pudesse ignorar que devia provar que, antes da interposição deste recurso, denunciou a demora e pediu a reparação dos direitos, liberdades e garantias junto da entidade requerida.

É incontestável que dos presentes autos não se vislumbra nada que pudesse levar o Tribunal a dar por assente que, depois da apresentação do requerimento a 30 de setembro de 2019, o recorrente tenha denunciado uma possível dilação indevida perante o Supremo

Tribunal de Justiça, e decorrido um prazo razoável para a decisão, não tenha obtido resposta.

Refira-se que a orientação definida pelo Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, tem vindo a consolidar-se pela sua aplicação reiterada, designadamente através do Acórdão n.º 25/2019, de 1 de agosto, que não admitiu o recurso de amparo n.º 15/2019, por falta de esgotamento das vias de recurso ordinário: *“Inconformado com a decisão, apresentou reclamação e requereu que o processo fosse enviado à procedência e que o tribunal recorrido lhe facultasse cópia de ata de julgamento para que pudesse apresentar a motivação do recurso.*

[...]

Significa que o recorrente teve a possibilidade de assinalar a dilação da decisão, de requerer a reparação de uma potencial violação do direito a obter uma decisão no mais curto prazo compatível com a natureza urgente de um processo com arguido preso, para, depois, na eventualidade de recusa de reparação, por omissão ou por ação, lançar mão do recurso de amparo.”

Esse aresto encontra-se publicado no site do Tribunal Constitucional e no Boletim Oficial, I Série, n.º 100, de 26 de setembro de 2019.

Convém deixar bem claro que a ameaça da interposição do recurso de amparo para o Tribunal Constitucional não tem o condão de substituir a prova de que a alegada demora excessiva na tomada de decisão tenha sido adequadamente denunciada

6. A intempestividade do recurso e a inobservância do esgotamento das vias de recurso, atento o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º conjugado com o artigo 6.º da Lei do Amparo, designadamente por falta de elementos de prova de que a omissão tenha sido invocada e pedida a reparação, sem que se obtenha resposta em prazo razoável ou no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa, se for no âmbito do processo penal, constituem pressupostos insupríveis e a prática jurisprudencial deste Tribunal tem sido de escrutinar sequencialmente os pressupostos previstos no artigo 16.º, bastando a ausência de um para se determinar a não admissão do recurso.

Pois, as condições de inadmissibilidade do recurso foram concebidas como pressupostos em que a falta de um deles determina a sua não admissão, a menos que seja aquele pressuposto suscetível de sanção ou aperfeiçoamento, como é o caso da fundamentação, em que se confere ao recorrente a oportunidade de corrigir a sua petição de recurso.

Nestes termos, não se pode admitir este recurso por intempestividade e inobservância do esgotamento das vias de recurso ordinário.

III - Medidas Provisórias

O recorrente solicita que o Tribunal Constitucional adote a medida provisória que se traduza na revogação das medidas de coação a que se encontra sujeito antes da decisão do mérito, alegando prejuízos decorrentes de eventual demora na tomada de decisão de fundo.

Mas não sendo admissível o presente recurso de amparo pelos fundamentos acima mencionados, fica prejudicado o pedido de decretação da medida provisória, em coerência com a orientação sobre a relação de dependência que existe entre a admissibilidade do recurso de amparo e o incidente de pedido para a adoção de medidas provisórias, orientação fixada pelo Acórdão n.º 08/2019, de 14 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 28, de 14 de março de 2019, nos seguintes termos:

“Existe uma relação indissociável entre o recurso de amparo e as medidas provisórias...

*A relação de instrumentalidade entre o recurso de amparo e as medidas provisórias; o facto de as medidas provisórias serem legalmente tratadas como incidentes inerentes ao recurso pendente de decisão, a forma como o pressuposto *fumus boni iuris* é concebida em sede de medidas provisórias, não nos termos em que é aferido no processo civil, ou seja, de probabilidade séria de existência do direito, mas simplesmente de avaliar a sua presença à luz do juízo de viabilidade decorrente da alínea e) do artigo 16 dessa lei, e ao contrário das providências cautelares cíveis em relação às quais a lei processual civil prevê expressamente a possibilidade de se adotar medidas cautelares preventivas, ou seja, para evitar danos que possam ocorrer ainda antes da propositura da ação (Cf. o disposto no n.º 1 do artigo 350.º do CPC), a natureza excecional do recurso de amparo que implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja*

recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais, terão levado o legislador a conceber as medidas provisórias apenas como incidentes lite pendente.” Vide, no mesmo sentido, o Acórdão n.º 21/2018, de 16 de outubro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 68, de 25 de outubro de 2018; o Acórdão n.º 4/2019, de 24 de janeiro, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 28, de 13 de março de 2019; e o Acórdão n.º 22/2019, de 27 de junho, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 100, de 26 de setembro de 2019, Acórdão n.º 40/2019, de 11 de outubro, pendente de publicação no Boletim Oficial.

IV - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não admitir o presente recurso, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 20 de dezembro de 2019

João Pinto Semedo (Relator)
Aristides Raimundo Lima
José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 30 de dezembro de 2019.

O Secretário,

João Borges